



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

### ATA N.º 52

DA

### REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

DA

## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

**Local:** Sala das Sessões dos Paços do Município

**Data:** 29/10/2019

**Iniciada às 17H00 e encerrada às 20H00**

**Aprovada em 11/11/2019 e publicitada através do Edital n.º 168/2019**

A reunião contou com a presença de:

**Presidente:** Manuel Augusto Soares Machado  
**Vice-Presidente:** Carlos Manuel Dias Cidade  
**Vereadores:** Regina Helena Lopes Dias Bento  
Jorge Manuel Maranhas Alves  
Carina Gisela Sousa Gomes  
Maria Madalena Eça Guimarães de Abreu  
Paula Maria Rodrigues Mariano Pêgo  
Ana Paula do Canto Lopes Pires dos Santos Quelhas  
José Manuel Monteiro de Carvalho e Silva  
Ana Maria César Bastos Silva  
Francisco José Pina Queirós



A reunião foi presidida pelo Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Manuel Augusto Soares Machado, Secretariado pelo Diretor do Departamento de Administração Geral, Manuel Gilberto Mendes Lopes, coadjuvado pela Técnica Superior, Goreti Sofia Ribeiro Lopes e pelo Assistente Técnico, Pedro Luís Figueiredo Cardoso.

Verificou-se a ausência do Sr. Vereador Paulo Jorge Carvalho Leitão, por motivos pessoais, oportunamente substituído pela Senhora Vereadora Ana Paula do Canto Lopes Pires dos Santos Quelhas, tendo o Executivo deliberado justificar a respetiva falta.

O Senhor **Presidente** informou que, com os feriados e datas festivas que se aproximavam, teriam de reconfigurar as datas das reuniões da Câmara Municipal. Assim, após consonância com os Senhores vereadores, mencionou que as próximas reuniões da Câmara Municipal seriam a 11 e 25 de novembro e 9 e 20 dezembro de 2019, esta última com o seu início às 10 horas.



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA



### ORDEM DO DIA

#### **PONTO I. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2020**

##### **1. CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA**

O Senhor **Presidente** iniciou a sua intervenção agradecendo aos serviços financeiros da Câmara Municipal de Coimbra e aos demais serviços municipais que interagiram com a Divisão de Planeamento e Controlo e com o Departamento Financeiro, nos vários níveis hierárquicos, de modo a que a documentação pudesse ser preparada atempadamente de forma a ser partilhada e analisada de modo igual por todos. Ressalvou que todo o trabalho apresentado decorre num período em que ainda não se conhece o Orçamento de Estado, nem sequer o projeto do mesmo. Acrescentou que, segundo o que se encontra anunciado, haverá alterações significativas do ponto de vista da fiscalidade de outras funções que estarão, no âmbito de todo este conjunto, pendentes da Assembleia da República, não tendo igualmente aí sido apresentadas. Assim sendo, mencionou que são contingências relevantes que, na data em que têm de apresentar o documento em análise à Assembleia Municipal, não terão esses contributos. Contudo, revelou que nem tudo seria menos bom na medida em que na revisão orçamental, se houver alterações significativas, proceder-se-á aos reajustamentos que decorram da Lei e dos orçamentos. Consequentemente, revelou que tinham para as Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento para 2020, a confirmação dos compromissos assumidos e não pagos ou não executados ou que foram cativados e objeto de inscrição orçamental e alocação. De igual modo, salientou que, conforme se verifica e cumprindo as normas legais aplicáveis, as operações/ações e os projetos que se encontram abertos com a execução anterior maior ou menor, têm de ser mantidas no orçamento para o ano seguinte e até à sua conclusão. Deu ainda conta da visão estratégica sobre o conjunto de programas/ações que não difere muito da estratégia seguida em anos anteriores, mas que tinha uma atualização extremamente significativa. Assim, referiu que nas GOP e no Orçamento para 2020 estaria cumprido aquilo que correspondia às deliberações dos órgãos autárquicos, Câmara e Assembleia Municipal, no que concerne à descentralização e em função daquilo que havia sido decidido, nos termos da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, em vigor. Para esse efeito, informou que se continuava, noutras instâncias e a outros níveis, a negociar com as equipas técnicas do Governo/Administração Central, a quantificação de gastos necessários para cumprir os desígnios que estão fixados na Lei-Quadro da Descentralização e nos Diplomas setoriais correspondentes à descentralização. Quanto a outras questões relevantes onde ainda não há acordo entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), informou que as mesmas estão relacionadas com a saúde onde, por exemplo, o número de funcionários que irão ser alocados ao Município de Coimbra no âmbito da descentralização, vinte e sete funcionários auxiliares, lhe parece pouco, devendo haver alguns que não estarão contabilizados, sendo matéria que será objeto de análise após a entrega formal da lista pelo órgão do Estado que tem essa área, sublinhando que não havia acordo até ao momento sobre essa matéria. Transmitiu ainda que sobre educação havia avanços, mas que uma parte que iria depender do que viesse a ser consignado no Orçamento de Estado para 2020, uma vez que o exercício dessas ações decorre obrigatoriamente de um contrato programa ou de um acordo escrito entre as partes. Referiu que na área social ainda não foi possível chegar a acordo, tendo, no entanto, havido uma tentativa de obter acordo para um projeto/diploma setorial na área da ação social, mas que remetia simplesmente para Portarias subsequentes, tendo sido considerado que não era adequado já que teriam de conhecer as referidas Portarias, continuando a precisar do “Excel” com os compromissos assumidos, o que seria transmitido, quanto custa e quem é que iria executar. Assim sendo, o Senhor Presidente mencionou que, algumas das condicionantes que estavam implícitas no documento em análise, foram até ao limite para acolher todas as hipóteses de modo construtivo, embora com reservas que não deixa de manifestar, do ponto de vista prévio, à Câmara Municipal. Salientou que as GOP e o Orçamento para 2020 indicam em primeiro lugar, e em termos de



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

funções essenciais dos programas estratégicos, a Função Social do Transporte Público, que é o grupo/programa mais dotado com aproximadamente 12 milhões e meio de euros; em segundo lugar a promoção da Igualdade de Oportunidades para a Educação com 11 milhões e meio de euros; em terceiro lugar a Promoção da Habitação, Reconstrução e Renovação Urbana, também com 11 milhões e meio de euros; em quarto lugar o programa de Reabilitação Urbana com 10 milhões e 980 mil de euros; em quinto lugar a Descentralização e Apoio às Uniões e Juntas de Freguesia com 7 milhões e 346 mil euros; em sexto lugar as Infraestruturas Sanitárias e Higiene Pública, com 5,7 milhões de euros; em sétimo lugar as Ações de Desenvolvimento e Qualificação Urbana, com cerca de 5 milhões; em seguida o Ordenamento de Tráfego e Circulação, com 4 milhões e 60 mil euros; seguidamente Inovação e Modernização Administrativa, com cerca de 3 milhões e meio, e Instalação e Equipamentos, com 2,4 milhões de euros. Assim, salientou que estes setores estratégicos implicam um acréscimo do investimento. Em modo sumário, o Senhor Presidente remeteu para o quadro 3.8 da página 23 das GOP, quadro este que tem a comparação das dotações orçamentais definidas (finais) e a evolução 2019/2020. No que se refere aos acordos de execução com as Juntas de Freguesia, mencionou que, após a última reunião plenária, foi dada instrução para o processamento antecipado do quarto trimestre do financiamento destinado a esses acordos de execução, ressaltando que desta forma o programa se encontra integralmente cumprido e executado. Acrescentou que nos contratos interadministrativos há uma ligeira melhoria mas que não era considerada suficiente, sendo necessário continuar o trabalho. Consequentemente, informou que decorriam os trabalhos necessários à designação de um responsável/coordenador que pudesse ajudar na coordenação do Gabinete de Apoio às Freguesias, em termos de instalações e em termos de recursos humanos. Apesar de tudo, o Senhor Presidente transmitiu que a Câmara Municipal de Coimbra tem 11 quadros superiores a trabalhar nestas equipas, o que é, por exemplo, o dobro dos recursos humanos da Câmara Municipal de Évora, num território de dimensão semelhante. No que diz respeito aos transportes urbanos, destacou que se continua a manter a aposta na melhoria dos transportes públicos, em especial os que estão a cargo dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC), com a aquisição de novas viaturas de transporte coletivo e com a expansão de carreiras. Informou ainda que, até ao dia 3 de dezembro próximo, será agendado para reunião da Câmara Municipal a tabela completa relativa a este assunto no Município de Coimbra, trabalho este que está a ser realizado em articulação com os SMTUC, a equipa técnica da Autoridade Urbana de Transportes e com as equipas da Comunidade Intermunicipal, dado que existem componentes que se interligam com os municípios vizinhos da Região de Coimbra. O Senhor Presidente explicou que as GOP para 2020 têm uma componente de continuidade, de reajustamento e de melhoria, dado haver ações que já ficaram concluídas antecipadamente e outras que tiveram de ser “realendarizadas”, como é o caso da empreitada dos muros da margem direita do rio Mondego, a empreitada de requalificação do Parque Manuel Braga e a empreitada de ligação pedonal entre Celas, os Loios e Praça da República. Informou ainda que foi adotado o procedimento de não aumentar o preço da água, do saneamento e dos transportes, apesar de haver, neste último caso, algumas mensagens que intensificam a virtualidade de se atualizarem os preços. Desta forma, o Senhor Presidente destacou que a Câmara Municipal assumiu suportar os 9 milhões de euros do custo social dos transportes, enquanto o Estado não financiar condignamente a função dos transportes no que diz respeito a Coimbra, ao contrário do que se passa no Porto, em Arouca e noutras localidades. Por outro lado, transmitiu que nas GOP para 2020 existe a abertura de uma rubrica orçamental, com uma dotação residual simbólica, para poderem assumir, caso seja o caso e em regime de contingência, a construção do Centro de Saúde da Avenida Fernão de Magalhães, que está de novo em concurso e com evolução de várias componentes, desafiando no limite o Governo a transferir a contrapartida nacional e o contrato de financiamento comunitário no sentido da Câmara Municipal de Coimbra poder tomar conta da obra, podendo ocorrer o mesmo para o Centro de Saúde de Celas. No que diz respeito às empresas municipais, informou que a Prodeso - Ensino Profissional, E.M., que detém o Instituto Técnico e Artístico Profissional de Coimbra (ITAP), se encontra equilibrada e a funcionar. Ressaltou que, em geral, as empresas do setor empresarial local têm uma velocidade de trabalho correspondente aos objetivos e à missão de que foram encarregadas, esperando que seja o último ano de pendências com o iParque, informando que não haverá risco em fazer



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

evoluir o capital societário do mesmo, de forma a passar a ser uma empresa produtiva e rentável. No que respeita à ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A., empresa da qual o Município de Coimbra é acionista, transmitiu que se continua a observar uma discordância profunda, podendo haver contas que precisem de ser melhoradas e mais transparentes, não podendo a Câmara Municipal de Coimbra continuar a pagar o custo de investimentos e de operação relacionados são trabalhos da empresa que são desenvolvidos noutras partes do território nacional. Relativamente às águas e saneamento, referiu que terão de ser feitos alguns ajustamentos mínimos intra-setores na medida em que a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) está descontente pelo facto da Câmara Municipal de Coimbra ter vindo a resistir ao aumento do preço da água e do saneamento. Acrescentou que existe ainda a questão do volume total de 4 milhões de metros cúbicos por ano acima da água que é comprada em “alta” ao distribuidor Águas de Portugal para consumo humano e que querem cobrar ao Município. No que diz respeito aos recursos humanos, referiu que há uma melhoria que se compagina com as necessidades expectáveis sobre os trabalhadores que poderão ser englobados na Câmara Municipal provenientes das áreas da saúde e da educação, enquanto que as restantes rubricas são residuais onde não é expectável que haja alteração significativa. Salientou que para as Juntas e Uniões de Freguesia há um aumento, havendo o compromisso assumido com todas as Freguesias, explicando que um dos problemas de bloqueio para o nível de execução se encontrar no ponto em que está, é que quando aprovaram a designação das obras para constar no contrato interadministrativo foi feita uma dotação que é calculada com base em dados muito sumários, não havendo projetos nem orçamentos, sendo valores indicativos que são dialogados entre as equipas da Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia e que, nalguns casos, detetou-se ir para o dobro do valor inicialmente estimado. Assim, salientou que o compromisso que assumiu com os Senhores Presidentes das Freguesias e Uniões de Freguesia foi que, em situações em que se apure da sua concretização que o projeto e o orçamento elaborado pela Câmara Municipal tenha um custo acima daquele que foi contratualizado, o Município assume a totalidade e faz o ajustamento correspondente no contrato interadministrativo.

A Senhora **Vereadora Regina Bento** mencionou que a preparação dos documentos envolveu um maior grau de incerteza, relativamente aos anos anteriores, pela não existência de um projeto de Orçamento de Estado e as consequentes diretrizes nacionais definidas pelo Governo. Desta forma, explicou que foi seguido o habitual cronograma de preparação dos documentos previsionais na Administração Local, tendo o processo de preparação sido iniciado no mês de setembro, após a publicação do despacho do Senhor Presidente que define as orientações e os prazos. Assim, a partir dessa publicação, os diversos serviços municipais submeteram as suas propostas que foram trabalhadas e compiladas pelo Departamento Financeiro. Na segunda semana de outubro foram promovidas reuniões de trabalho com os Senhores Vereadores com pelouro e respetivos dirigentes dos serviços municipais no sentido de ajustar as propostas ao orçamento disponível. Dessas reuniões saíram diversas alterações que foram novamente objeto de tratamento pelo Departamento Financeiro, tendo na semana seguinte reunido com o Senhor Presidente para a consolidação da proposta final que foi remetida para os grupos políticos com representação na Assembleia Municipal. A 21 de outubro foram realizadas as reuniões com os representantes desses grupos políticos ao abrigo do estatuto do direito da oposição. A 24 de outubro foi realizada reunião com os Senhores Presidentes das Juntas e Uniões de Freguesia para apresentação da proposta das GOP relativamente ao apoio às Freguesias. Destas reuniões saiu a proposta que foi agendada para a reunião da Câmara Municipal. Explicou que esta proposta totaliza 150.803.156,00€ em termos de orçamento geral da Câmara Municipal de Coimbra, dos quais cerca de 78% (118 milhões de euros) respeitam a receitas correntes e cerca de 22% (33 milhões de euros) a receitas de capital, enquanto que as despesas correntes representam 60% (cerca de 90 milhões de euros) e as despesas de capital têm um peso de 40% (cerca de 60 milhões de euros). Ressalvou que, como novidade, esta proposta já contempla as dotações previstas para a descentralização nos domínios da saúde e da educação, considerando a aceitação destas novas competências pelos órgãos autárquicos a exercer em 2020, sendo este um dos motivos do acréscimo orçamental em mais de 50 milhões de euros em relação ao orçamento inicial de 2019, a par de outros acréscimos decorrentes das verbas do PART e das receitas decorrentes do inúmeros



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

projetos com financiamento europeu (cerca de 23 milhões de euros). De igual modo, referiu que este orçamento apresenta o maior pacote de investimento desde 2005, ascendendo a 47 milhões de euros, nomeadamente em construção, aquisição, reparação e beneficiação de habitações (quase 11 milhões de euros), intervenção em edifícios municipais, de serviços, instalações desportivas e recreativas (8 milhões de euros), intervenção em escolas (quase 2 milhões de euros), bem como verbas previstas para bombeiros, policia municipal, equipamento básico e equipamento administrativo, acrescentando que para viadutos, arruamentos e obras complementares teriam um investimento na ordem dos 17 milhões de euros. Em termos de aplicação da receita, informou que pela primeira vez 54% da receita será aplicada em funções sociais, sendo uma sugestão do PSD na reunião da audição, tendo um “barómetro” da aplicação das receitas, uma vez que já o tinham feito no relatório de atividades, sendo a primeira vez que o realizam num documento previsional, tornando o processo mais transparente na aplicação da receita. Esclareceu que nestas funções sociais está incluído o ensino, a saúde, a habitação social, a cultura e o desporto, não incluindo o custo social do transporte que está contabilizado noutras funções por obrigações legais, uma vez que se trata de uma transferência entre administrações para os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC), embora se trate, igualmente, de uma função social. Assim, ressaltou que de facto o programa com maior dotação nas GOP para 2020 é precisamente o da função social do transporte público, com mais de 12 milhões de euros, incluindo a compensação social dos transportes e do apoio ao investimento na renovação da frota com aquisição cofinanciada POSEUR de mais 14 autocarros elétricos. Por outro lado, salientou a existência de outros programas com maior peso nas GOP, tais com o Programa Igualdade de Oportunidades para a Educação e o Programa da Habitação, Reconstrução e Renovação Urbana, com 11,5 milhões de euros de dotação cada um. Mencionou igualmente o Programa da Reabilitação Urbana, que continua a ter um peso significativo, com uma dotação de quase 11 milhões de euros, bem como o apoio às Freguesias e Uniões de Freguesia, no valor de mais de 7 milhões de euros, ao qual acresce inúmeras dotações dispersas pelas GOP relativas a obras nas Freguesias, que serão assumidas diretamente pela Câmara Municipal, tais como as intervenções nos cemitérios e a requalificação da Feira dos 7 e dos 23. Quanto ao investimento na cultura, salientou que este supera os 5 milhões de euros, representando cerca de 5% do valor total do orçamento municipal, sendo uma aposta politicamente assumida como estratégia do Executivo Municipal. Acrescentou que a dotação para o desporto e juventude é reforçada em 25%, apresentando uma dotação global de mais de 17 milhões de euros e onde já se incluem custos com a descentralização de competências no domínio da educação, tendo sido criado um programa novo designado “Ensino Básico e Secundário”. Mencionou que o planeamento, reabilitação e qualificação urbana continuam a ser as áreas que maior investimento terão em 2020, sendo que em termos agregados este objetivo dispõe de uma dotação superior a 40 milhões de euros. Quanto ao objetivo da coesão territorial e desenvolvimento socioeconómico salientou que este apresenta uma dotação de mais de 15 milhões de euros, crescendo 17% face ao valor de 2019, estando integrados neste objetivo diversos programas para o apoio ao desenvolvimento económico e a atividade empresarial, para a dinamização e promoção turística, acessibilidades, conservação e manutenção de vias, estando incluído neste pacote o projeto de refuncionalização do Mercado D. Pedro V, a ciclovia de Coimbra, a obra da estabilização da margem direita do Mondego e a ligação da circular externa ao Hospital Pediátrico. Deu ainda nota que nas despesas de pessoal há um aumento da despesa tendo já em conta a transferência de competências na área da educação e da saúde, tendo contemplado neste último caso 12 meses de vencimento para os assistentes operacional que serão transferidos para o mapa de pessoal da Câmara Municipal de Coimbra, enquanto que na educação foram contabilizados apenas 5 meses de vencimento, uma vez que operará em termos de ano letivo e não em ano civil.

A Senhora **Vereadora Paula Pêgo** saudou o reforço das funções sociais do Município, nomeadamente no que se refere ao transporte público urbano. Por outro lado, questionou qual seria a rubrica, dado não a ter encontrado, onde se encontraria prevista a possibilidade de se executarem as obras do Centro de Saúde da Fernão de Magalhães, mencionando ser importante que o orçamento municipal permitisse essa possibilidade para, no futuro, se concretizarem as condições para se avançar com esse investimento, celebrando um



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

contrato com a Administração Central. Quanto à parte da cidade solidária e humanista, referiu que, à semelhança do que já mencionou em anteriores intervenções nas apresentações das GOP e dos orçamentos dos anos transatos, o programa de combate às pessoas em situação de sem abrigo tem um reforço na dotação, no entanto julga que ainda não será suficiente para combater este problema de vez. No que diz respeito ao programa das refeições escolares, perguntou se no orçamento para 2020 existia alguma previsão ou alguma abertura para uma alteração do modelo de fornecimento das refeições para um modelo mais sustentável e saudável nas escolas.

O Senhor **Vereador José Silva** proferiu a intervenção que se transcreve:

*“O Movimento Somos Coimbra recebeu os extensos documentos das Grandes Opções do Plano (GOP) e do Orçamento da Câmara Municipal de Coimbra para 2020, bem como a restante documentação de apoio, apenas cinco dias antes da reunião extraordinária da Câmara Municipal para a discussão e debate dos mesmos, sendo impossível analisá-los com o detalhe que estes, o concelho e os munícipes mereciam e merecem. Queremos começar por realçar o esforço desenvolvido pelos serviços técnicos da Câmara Municipal na preparação deste extenso e complexo documento, pelo que o Movimento Somos Coimbra faz questão de deixar aqui uma mensagem de louvor e apreço a todos os trabalhadores e trabalhadoras que para ele contribuíram. No anterior orçamento, todas as propostas que apresentámos foram rejeitadas por alegada ‘falta de verba’, não obstante o superavit do orçamento. Para um município que já foi o terceiro do país, o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2017, coloca o Município de Coimbra num triste 11.º lugar do “Ranking Global dos Municípios de grandes dimensões. Aguardemos pelo referente a 2018, que será publicado dentro de dias. Em termos populacionais Coimbra é apenas o 19.º concelho, continuando a perder população e sendo em breve ultrapassado pro Famalicão, é o 53.º em empresas não financeiras/100 habitantes, é o 60.º concelho em bens exportados (incluindo o turismo), atrás de concelhos como Nelas, Alenquer, Vizela, Covilhã, etc.), é a 185.º município em despesas com cultura e desporto no total das despesas do município, é o pior concelho do país na perda de jovens dos 24 aos 29 anos. Perante este triste panorama, a visão plasmada e apresentada nas GOP a esta Câmara continua a ser essencialmente de gestão corrente, organização de festas e festivais, distribuição de curtos apoios às coletividades e de realização de algumas obras desgarradas, sem a orientação de um conceito ou ideia estratégica global de cidade e concelho, o que se traduz nos incontáveis itens com apenas 10 euros de verba atribuída, que vão transitando de ano para ano, num fenómeno de copy-paste, sem nunca serem realizadas. É evidente que não se identifica em todo o documento um único grande investimento camarário que permita inverter esta tendência e que mereça referência. Não poderemos deixar de dar um exemplo concreto, das dezenas, se não centenas, possíveis: a elaboração do cadastro arbóreo e avaliação fitossanitária já consta das GOP desde antes de 2015, sempre com um orçamento de 10 euros. Tantos anos depois, continua tudo na mesma. Mas ainda não houve tempo? Porquê? Não são as árvores uma questão fulcral para Coimbra, para o meio ambiente e para a vida no planeta? De que estão à espera para completar esta GOP? Tem mesmo de ser tudo tão lentíssimo? É absolutamente evidente que este orçamento e estas GOP não são adequadas às necessidades e exigências de Coimbra, o que se tem traduzido na contínua perda de população e baixos níveis de investimento industrial, nem à ambição de desenvolvimento e qualidade de vida dos seus munícipes, nem sequer desenha um caminho de futuro, desaproveitando o enorme capital humano, cultural, científico, geográfico, histórico e patrimonial do concelho de Coimbra. Seria de esperar que a aprovação de todos os Decretos-Lei da descentralização se traduzisse em algum impacto estratégico nas GOP da Câmara, nomeadamente nas áreas mais sensíveis, como a Saúde e a Educação, mas tal não se verifica. Não há uma abordagem estratégica aos desafios da descentralização nem uma capacitação adequada para lhes fazer frente de forma impulsionadora e geradora de desenvolvimento. Coimbra é um dos apenas 58 municípios que aceitaram toda a descentralização já para 2020. O presente documento das GOP representa uma comprovação objetiva de como a Câmara está impreparada para o seu impacto. A grande diferença reside no aumento de 26 para 33 milhões de euros anuais das despesas com pessoal, numa estrutura deficiente para as necessidades. Bem o sentem todos os munícipes e empresários que têm necessidade de recorrer a*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*esta Câmara. O saldo de gestão de mais de 30 milhões de euros demonstra bem como a Câmara nem sequer tem capacidade de apresentar um orçamento que promova o investimento e a criação de emprego, urgentemente necessários, que a elevada cobrança de impostos, de taxas e de taxinhas, efetivamente permitiria fazer. A candidatura de Coimbra a Capital Europeia da Cultura é um projeto vital para o futuro de Coimbra e terá de ser apresentada para o final de 2021. O ano de 2020 é, por conseguinte, absolutamente fulcral para o êxito desta candidatura. Ora, a reserva de apenas um milhão de euros para este ambicioso, multifacetado e complexo projeto, no ano que antecede a apresentação formal dessa candidatura, mantendo-se enormes indefinições para o futuro, sem uma estrutura profissional de apoio adequada à dimensão e ambição da candidatura e ainda sem o estabelecimento de um plano financeiro previsional para o seu orçamento, levanta justificados receios que a Câmara de Coimbra não confira ao grupo de trabalho e ao projeto os meios necessários para garantir o êxito da candidatura, e que isso mesmo seja percecionado pelos avaliadores que já andarão pelo terreno, o que é extremamente preocupante, profundamente surpreendente e manifestamente injustificável. A inexistência de qualquer rubrica relativa ao projeto do Sistema Metro do Mondego, quando este deveria ser um projeto prioritário para a cidade e região, vem mais uma vez confirmar o descrédito desta Câmara em relação a esse projeto. É mais uma vez evidente que, estando prevista a concretização de obra para a zona urbana em 2021, muito há a estudar e a fazer para adaptar a cidade a este novo modo de transporte e a garantir a sua integração funcional. O desaparecimento da palavra 'aeroporto' das GOP 2020 vem confirmar a mentira desta promessa principal e descredibilizar os seus proponentes. Entretanto, o aeródromo continua encerrado por falta de uma adequada manutenção e da certificação da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). Não discutimos a enorme injeção anual de capital no Convento de São Francisco, superior a 1,5 milhões de euros, até porque não estão explicadas em relatório próprio, que já solicitámos várias vezes, as razões da necessidade desse investimento, bem como do muito baixo nível de receita, razões pelas quais também estamos impedidos de votar favoravelmente esta situação peculiar. Consideramos inadmissível que o Partido Socialista tenha recusado a proposta do movimento Somos Coimbra para devolver aos munícipes residentes no concelho o valor de 1% do IRS, retirando assim dos seus bolsos dois milhões e 400 mil euros, que vão engrossar as contas bancárias da Câmara, sem qualquer utilidade. É um esbulho que, só por si, também justifica o nosso voto contra. Estranha-se e verbera-se a contínua asfixia e desvalorização do trabalho dos autarcas das Freguesias e União de Freguesias de Coimbra, com um apoio técnico que continua profundamente insuficiente e uma diminuta transferência de verbas camarárias, castradoras do bom desempenho da sua missão e completamente contrárias a um espírito descentralizador. Lamentavelmente, as dotações orçamentais definidas para as União e Juntas de Freguesia e previsão para 2020, no âmbito dos Acordos de Execução e Contratos Interadministrativos, são exatamente iguais às de 2019! Para além da profunda injustiça da fórmula de repartição de verbas interfreguesias, tal como denunciámos no ano anterior, nem os valores unitários para limpeza de passeios/valetas se dignificaram uniformizar e atualizar, por razões impossíveis de descortinar. Por si só, estes pontos são de suficiente relevância para justificar a rejeição deste orçamento, até porque reitera o desrespeito por uma moção aprovada em Assembleia Municipal por larguíssima maioria. Estranhar-se-á que quem votou a favor da moção possa agora aprovar este orçamento! Há também erros que não podemos deixar de assinalar. Por exemplo, as ações previstas para a freguesia de São João do Campo já constavam das GOP e Orçamento para 2019, tendo duas delas sido já efetuadas e pagas (a construção de valetas na Rua Nossa Senhora da Conceição, em Cioga do Campo, e a construção do parque Infantil na Rua do Carvalheiro, em São João do Campo) e a obra de requalificação do espaço dos antigos lavadouros em São João do Campo aparece duplicada, com outro nome, tendo substituído a construção do Parque de Merendas, por esta última ter sido rejeitada. Por outro lado, as obras aprovadas em reunião da Junta de Freguesia não constam das GOP e Orçamento para 2020, por razões que deveriam ser explicadas. Finalmente, para uma correta avaliação das GOP, do Orçamento e de eventuais outros projetos futuros, os vereadores do Movimento Somos Coimbra solicitaram, por escrito, há quase dois anos, o envio de uma relação discriminada do inventário da Câmara Municipal de Coimbra de 2017, relativa a cada um dos constituintes do imobilizado corpóreo que consta da conta 42 desse inventário,*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*particularmente no que concerne às contas 421, terrenos e recursos naturais, e 422, edifícios e outras construções. Ora, por razões não entendíveis, nada nos foi enviado, nem em suporte de papel nem em suporte digital, o que limita a nossa capacidade de adequada pronúncia sobre as GOP e o Orçamento para 2020. Ainda assim, o Movimento Somos Coimbra faz questão de apresentar formalmente 60 propostas que, entre muitas outras que poderia elencar, considera que deveriam ter enformado a elaboração das GOP e do Orçamento para 2020, pelo contributo positivo para a qualidade de vida das pessoas e como forte estímulo ao desenvolvimento do concelho e à criação de emprego. Infelizmente, estas propostas não estão consideradas ou não estão desenvolvidas de forma conveniente, com sérios prejuízos para o futuro do concelho. Salientamos que já apresentamos 50 destas propostas há um ano, por escrito, aquando desta mesma discussão para 2019, e que as restantes as fomos apresentando nesta Câmara ao longo do último ano. Também aquelas que foram apresentadas pela representante do movimento Somos Coimbra, a líder do grupo na Assembleia Municipal, na reunião prévia entretanto havida, foram completamente ignoradas e desconsideradas, de acordo com os documentos presentes a esta reunião. Com a mesma convicção de sempre, porque consideramos que algumas poderiam fazer uma notável diferença em Coimbra, repetimos as propostas apresentadas, agrupadas por seis grandes temas, que ficarão junto da declaração de voto relativamente às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020.”.*

O Senhor **Vereador Francisco Queirós** iniciou a sua intervenção cumprimentando os serviços camarários pelo rigor e pelo trabalho competente e extenuante na preparação de todo o material referente às Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento para 2020, muitas vezes ficando a aguardar propostas de diferentes outros serviços, sendo de registar o profissionalismo e competência na realização de tão difícil trabalho. Por outro lado, considera como positivo o importante investimento que se encontra plasmado na proposta das GOP e Orçamento da Câmara Municipal para 2020. Neste contexto, o Senhor Vereador proferiu a intervenção que se transcreve: *“Há um ano, no processo de análise e discussão das Grandes Opções do Plano (GOP) e do Orçamento Municipal para 2019, afirmámos que a proposta em discussão não correspondia ao orçamento e às GOP que a CDU preconiza, plasmando diferenças relevantes em relação ao que defendemos em múltiplas áreas. A CDU foi, então, a única força política a avançar com um conjunto propostas, que consideramos urgentes e exequíveis (várias delas sem impacto na despesa) e cuja melhor ou pior recetividade condicionaria o nosso sentido de voto. Na reunião da Câmara Municipal de 30 e 31 de outubro de 2018, a CDU tornou público um documento com as suas propostas, em tempo entregues ao Presidente da Câmara e também, reiterando o entendimento de que todos os eleitos são responsáveis por contribuir para a melhoria das condições de vida dos munícipes, a todos os vereadores eleitos. Em resposta, o PS disse reconhecer a validade, importância e exequibilidade das nossas propostas e assumiu (ainda que timidamente) o seu acolhimento. Tornou-se possível, por ação da CDU, garantir ganhos marcantes em diversas áreas significativas para o progresso imediato da prestação dos serviços municipais e da qualidade de vida dos munícipes. Através de propostas destinadas a contrariar a inoperância e as opções erradas da governação PS, pretendia-se a previsão do reforço de pessoal e equipamentos, a aceleração da reabilitação do parque habitacional municipal, melhorar as condições de mobilidade pedonal, em particular para os cidadãos portadores de deficiência, iniciar o processo para estender o serviço público prestado pelos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC) a todo o concelho, implementar novos sistemas de mobilidade. Foi ainda possível obter o compromisso de incluir em orçamento mais 1 milhão de euros a transferir para as Freguesias, com vista a atingir, até ao final do mandato, o objetivo de 10% do orçamento municipal em transferências, as quais permitiriam às respetivas Juntas a execução de obras que consideram necessárias. Perante o passo em frente assumido pelo PS, a CDU absteve-se na votação, decidindo não obstaculizar a aprovação da proposta de orçamento e GOP para 2019, dado esta ter passado a incluir alguns avanços e aberto perspectivas para alterações mais profundas, que teriam, no entanto, de ter execução até abril de 2019. Assim, o nosso voto abriu caminho a que, em sede de revisão orçamental, com o saldo de gerência, em abril, fossem revistos determinados e importantes aspetos das GOP. Mas – e fomos muito claros nessa exigência – o tempo para confiar na concretização da mudança de*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*rumo terminaria em abril, pelo que, até lá, teriam de ser dados sinais inequívocos de concretização das propostas sem tradução ou impacto orçamental. Chegados a abril, verificámos que essas propostas, mesmo as que apenas exigiam organização de serviços, execução e orientação política, tinham ficado sem concretização. No que respeita a várias questões fundamentais – disponibilização às freguesias dos projetos para obras contratualizadas, inversão do modelo de fornecimento das refeições escolares, aquisição de equipamentos e maquinaria, definição e execução de plano que garanta mobilidade pedonal para todos, reforço e diversificação dos apoios às entidades e agentes culturais, entre outras – nada tinha sido feito. Pelo que, a 18 de abril de 2019, a CDU votou contra a proposta de revisão orçamental. Confrontado com a rejeição maioritária, o PS decidiu dar um passo no acolhimento das propostas da CDU, acrescentando à proposta de revisão orçamental um documento denominado “Enquadramento e apresentação complementar”, onde assumiu: o compromisso de atingir o valor de 10% do orçamento até ao final do mandato, no que respeita às transferências de verbas para as Freguesias; a dotação de meios técnicos e humanos para melhorar as taxas de execução dos contratos interadministrativos celebrados com as Juntas de Freguesia; a apresentação de relatórios trimestrais dessa execução e de uma calendarização para a recuperação de desvios (relativos a anos anteriores) durante o ano de 2019; a inversão do modelo de fornecimento das refeições escolares; a reversão da externalização de serviços, até ao final do mandato; o desenvolvimento de um plano de mobilidade sustentável que incluisse respostas adequadas às especificidades dos municípios com mobilidade reduzida; o reforço de verbas na área cultura. Assumidos que foram (por escrito e publicamente) estes compromissos pelo PS, a CDU, que jamais abdicará de pugnar pelos interesses do concelho e dos seus habitantes, não inviabilizou a aprovação da revisão orçamental, mas deixou claro que estaria atenta à sua execução, reafirmando que a sua não concretização em 2019 teria as consequências adequadas. No entanto, até hoje: não foi apresentado qualquer calendário de recuperação dos inaceitáveis desvios na execução das obras pelas freguesias, estando por fazer obras contratualizadas em 2017 e 2018, o que paralisa a ação das freguesias e configura um absurdo e ilegítimo desperdício da capacidade de realização dos seus eleitos (pertencam a que partidos pertencam); não houve qualquer avanço digno de registo na taxa de execução dos contratos interadministrativos de 2019 (já que dificilmente as obras contratualizadas serão executadas até ao final do ano), nem temos nota de qualquer ação no sentido de dotar os serviços dos meios técnicos e humanos necessários para garantir tal execução; as verbas orçamentadas como transferências para as freguesias continuam inflacionadas pelas verbas não transferidas nos anos anteriores, mantendo-se abaixo do comprometido aumento, sendo razoável supor que estas serão abusivamente utilizadas para pré-campanha eleitoral, com manifesto prejuízo dos Municípios; não foi perceptível qualquer trabalho realizado no sentido da inversão do modelo de fornecimento das refeições escolares; não foi dado nenhum passo na definição de um plano de mobilidade que inclua respostas adequadas às especificidades dos municípios com mobilidade reduzida; Constatamos, portanto, que os compromissos assumidos pelo PS perante o Executivo Municipal, a Assembleia Municipal e os Municípios não passam de letra morta, pelo que a CDU reitera todas as propostas que apresentou na discussão do orçamento anterior e, pelas razões expostas, votará contra a proposta de orçamento e GOP para 2020”.*

A Senhora **Vereadora Madalena Abreu** disse que não percebe tanto empenho neste saldo de gerência positivo, que é um terço do orçamento. O objetivo não é o lucro e a mensagem que retira é que há dinheiro para ser investido e, assim sendo, ele deveria ser investido. Disse que não encontrou prevista nas GOP a reabilitação da Escola de Casconha, nem tão pouco o novo Centro Escolar de Cernache/Lameira. Referiu-se também à necessidade urgente de requalificação das escolas EB 2,3 Eugénio de Castro e Secundária José Falcão, e as obras do novo Centro de Saúde da Fernão de Magalhães, pelo que questionou o que é que este orçamento tem previsto a respeito. Perguntou ainda o que é que se está a fazer relativamente à segunda fase das obras do iParque e que está refletido neste orçamento. Disse que tem acompanhado o programa Portugal 2020 e nos últimos seis meses não parece ter havido qualquer novidade, os projetos aprovados da Câmara Municipal continuam a ser 20, mas ainda há possibilidade desta se candidatar a mais investimento no



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

contexto do Portugal 2020. Agradeceu o esforço da Senhora Vereadora Regina Bento em facilitar o acesso à documentação num formato editável, porque não há possibilidade de trabalhar números de outra forma. Disse que não sente, nestas GOP, nenhuma concretização, nenhum foco especial do que é um investimento público. Falou-se já hoje em investimento em habitação social, mas gostaria de saber porquê, quais as necessidades, se é assim tão urgente e se é este o grande investimento público da Câmara Municipal de Coimbra no século XXI. Qual o investimento previsto para os transportes, para as escolas, edifícios municipais (alguns deles carecem de obras fundamentais), questionou, acrescentando que há muitas coisas que poderiam ser investimento e não vê retratadas no orçamento. É o caso da criação de emprego e do estímulo à atividade económica, para que a cidade de Coimbra consiga sair do marasmo e perder o rótulo de que as próprias empresas não querem vir para cá. Outro ponto que, para si, não é óbvio neste orçamento, é a questão da mobilidade: uma cidade atrativa é uma cidade em que a mobilidade seja fácil, seja óbvia, confortável e acessível para todos os cidadãos. Falta uma estação intermodal, porque a intermodalidade é hoje um conceito obrigatório e é coisa que não existe em Coimbra. as pequenas obras que se vão fazer, quase que de cosmética, na Estação de Coimbra B não chegam e, nesse sentido, questionou o que é que está a ser pensado. Não vê nada de relevante a este respeito, o que vê de relevante é o aumento do orçamento de 100 milhões para 150 milhões de euros, mas no que é que esse aumento se traduz em termos de investimento concreto e em que é que ele ajudará Coimbra a ser digna de ser chamada novamente de terceira cidade do país, perguntou.

O Senhor **Vereador Jorge Alves** disse que valorizar Coimbra é apoiar famílias através de medidas concretas e com eficácia direta no dia a dia das crianças e jovens. Estas GOP representam exatamente isso, em matéria de Educação, elas são claras, têm 11,5 milhões de euros para esta área. Há várias perspetivas do que é o investimento e este não é só físico, é fundamental apostar nas pessoas se se quer uma cidade solidária e humanista, e é isso que o Partido Socialista quer. E, por isso, em 2020 continuará a apostar na gratuitidade das refeições escolares, nas atividades de animação e apoio à família (gratuitas), no apoio para material escolar, cadernos de exercícios para o 1.º ciclo (gratuitos), passes de transportes escolares para todos os alunos do pré-escolar ao ensino secundário. Isto é investimento, afirmou, acrescentando que em 2013 só 750 alunos tinham direito ao passe escolar, porque nessa altura o Município de Coimbra apenas se limitava a aplicar aquilo que a legislação previa. Em outubro de 2019 há cerca de 6500 passes escolares gratuitos emitidos. Outra medida estratégica importante contemplada nas GOP 2020, é o Programa de Apoio às Famílias nas Férias Escolares no pré-escolar. Provavelmente Coimbra é o único Município no país que procura, durante o período de férias escolares, ter ocupação para as crianças do pré-escolar, que normalmente não têm resposta noutra tipo de atividades. Acresce que os jardins de infância estão abertos até ao dia 31 de julho. Haverá obras na escola Básica da Solum (Anexas), que carece que intervenção há muito tempo, o processo está pronto e vai ser lançado em breve, tendo reflexos em 2020. Também o Centro Escolar de Antuzede vai avançar, assim como diversas requalificações em escolas básicas e jardins de infância. Está definido, já para setembro de 2020, assumir a transferência de competências no ensino básico e secundário, mas o trabalho está a ser preparado “com os pés bem assentes na terra”. Neste momento, decorre a caracterização exaustiva das escolas, no sentido de negociar as obras necessárias com o Governo. Há matérias que serão agora objeto de contratualização dos respetivos acordos para que sejam executadas. Aos que criticam as GOP 2020 dizendo que não reflete estratégia, aconselhou a leitura atenta do documento, pois encontrarão, por exemplo, aquilo que é opção estratégica política na área da Educação, com a questão dos manuais escolares para o 1.º ciclo, que já têm reflexo neste orçamento. A Câmara Municipal já prevê, em 2020, o apoio às famílias através da oferta dos manuais escolares, o que representa uma fatia enorme do orçamento e é certamente uma medida estratégica. Em matéria de intervenção social, está previsto um milhão de euros, que abrangem questões de ação social global, apoio à estratégia de trabalho com as pessoas sem abrigo e as questões do Coimbra Segura, vocacionado para a população mais idosa. Mantém-se a aposta nas comissões sociais de freguesia e no seu funcionamento de proximidade com as juntas de freguesia e com os 450 parceiros locais; mantém-se o reforço do Fundo Municipal de Emergência Social, que passa a ter a



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

dotação de 180 mil euros, não por aumento das situações de necessidade, mas sim, porque é importante alargar os apoios quando as famílias carenciadas deles necessitem; no apoio à Comissão de Proteção, pela importância do trabalho que desenvolve com as crianças e jovens em risco; nos programas para os idosos, como por exemplo o combate ao isolamento através da teleassistência para idosos (para funcionar em todo o concelho e não apenas nas freguesias urbanas); a colaboração no Ageing, implementando as políticas de envelhecimento ativo e saudável (Coimbra é uma região europeia de referência em matéria de envelhecimento ativo); o funcionamento do Centro Municipal para a Intervenção Social, no Pátio da Inquisição (estão lá 14 instituições, que permitiram alterar profundamente a forma de trabalho com quem tem mais dificuldades em matéria de carência alimentar); o programa “Noites Saudáveis”, em colaboração com as polícias e com os hospitais (prevenção de comportamentos de risco dos mais jovens). Em matéria de segurança para todos os cidadãos, está claro no Orçamento, o apoio aos Bombeiros Voluntários de Coimbra e de Brasfemes, tanto para funcionamento como para a construção do quartel dos Bombeiros Voluntários de Coimbra. No caso da Companhia de Bombeiros Sapadores de Coimbra, basta consultar o mapa de pessoal para perceber a aposta contínua deste Executivo no rejuvenescimento da Companhia através de uma nova recruta, uma coisa que durante 18 anos não aconteceu. Está neste momento a terminar o período de uma recruta, mas já se prevê, para 2020, a possibilidade de uma nova recruta. Estão igualmente previstos equipamentos de proteção individual, fundamentais para o bom funcionamento dos Sapadores, e a renovação da frota de combate a incêndios urbanos. Mantém-se a aposta na formação de qualidade, no âmbito do protocolo com o Centro de Formação do Regimento de Bombeiros Sapadores de Lisboa, da Câmara Municipal de Lisboa. Está também prevista a admissão de novos elementos para a Polícia Municipal e a renovação da respetiva frota automóvel. A promoção dos agentes municipais que estão ao serviço e a admissão de novos elementos vai permitir reforçar a fiscalização às infrações rodoviárias e ao estacionamento indevido.

O Senhor Vereador disse, ainda, relativamente às refeições escolares, que subscreve tudo aquilo que o Senhor Vereador Francisco Queirós afirma sobre a necessidade de um novo modelo, mas é preciso ter presente que não há cozinhas para o implementar. Na sua opinião, só têm uma hipótese, que é, no âmbito daquilo que assumiram como transferência de competências, em setembro de 2020, passarem a ter 16 cozinhas, porque neste momento essas cozinhas não são do Município, tal como o não são os edifícios em si. E não sendo, não é possível sequer lançar um concurso de fornecimento de refeições que permita utilizar os espaços das cozinhas. E deu um exemplo: a partir de setembro de 2020, com as competências na área da Educação assumidas no âmbito da descentralização, já será possível utilizar a cozinha da EB 2,3 Alice Gouveia para cozinhar para esses alunos e também para os da Quinta das Flores, que fica a 500 metros, ou até para o Jardim de Infância do Areeiro. Defende que este é o caminho, o da cozinha de proximidade. Quanto à questão da alimentação saudável, disse que se está a trabalhar nisso. A DGEST tem para a região centro toda uma nutricionista para monitorizar as refeições escolares do 2.º ciclo, 3.º ciclo e secundário. São cerca de 500 escolas para uma funcionária, frisou. Em contrapartida, o Município de Coimbra tem na equipa de monitorização três engenheiros alimentares e um nutricionista, fora os restantes técnicos que fazem o respetivo acompanhamento. Acresce que no mapa de pessoal está já previsto o reforço de técnicos para que a monitorização que venha a ser feita às refeições escolares do 2.º, 3.º ciclo e secundário, tenha recursos humanos suficientes. Isto é investimento, é apostar no futuro, é prever e ter uma visão, afirmou. Apoiar as famílias é precisamente investir, defendeu. Quanto às necessárias obras na Secundária José Falcão e na EB 2,3 Eugénio de Castro, respondeu que acha interessante que hoje se defenda a inclusão destas nas GOP para 2020, porque gostava que alguém lhe explicasse como é que se prevê obras em edifícios dos quais o Município não é proprietário. Seguramente que essas serão as escolas que mais precisam, mas há outras. E essas obras têm de ser devidamente negociadas com o Governo no contexto da transferência de competências.

A Senhora **Vereadora Ana Paula Quelhas** solicitou um breve esclarecimento, no sentido de saber em que medida este orçamento acautela a situação das entidades participadas, mormente o iParque. Isto porque lhes



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

cumprir analisar uma convocatória para uma reunião a ter lugar amanhã, da qual, atenta a ordem de trabalhos, fica com a ideia de que haverá implicações de ordem financeira, uma vez que um dos pontos é justamente a redenominação do capital social.

A Senhora **Vereadora Carina Gomes** proferiu a seguinte intervenção:

*“Trata-se de um orçamento sério e equilibrado, que corresponde às ações que queremos e podemos realizar e com as quais nos comprometemos em 2017, quando sujeitámos a sufrágio um programa eleitoral e fomos eleitos. É, por isso, em primeiro lugar, um documento legítimo, responsável e realista. É, também, um documento conciliador, já que a sua apresentação foi precedida de reuniões com os partidos políticos e movimentos de cidadãos representados na Assembleia Municipal, ao abrigo do Estatuto do Direito da Oposição. Nessas reuniões, e como se verifica pelo documento síntese elaborado pela Sra. Vereadora Regina Bento, apresentaram propostas concretas e sistematizadas o PSD e o CPC. Muitas das suas propostas foram incorporadas no documento que hoje apreciamos. Em particular, no que respeita à área da cultura, o objetivo “04 – Cidade da Cultura, das Artes e do Conhecimento” representa 5,16% do orçamento global da Câmara Municipal, tendo aumentado em valores absolutos. Mas tão importante como este aumento global, é perceber que ele se deve ao reforço de duas áreas estratégicas para a política cultural do Município para os próximos anos: 1) o Apoio ao Associativismo Cultural, dotado com 1.129.722,00 €; 2) a Candidatura de Coimbra a Capital Europeia da Cultura 2027, dotada com 1.000.000,00 €. Aprofundando em detalhe, vale a pena perceber que, até ao momento, no ano de 2019, foram atribuídos apoios ao associativismo cultural no montante de 1.060.000,00 €. No ano anterior, foram atribuídos apoios no valor de 955.000,00 € e, em 2017, no montante global de 820.450,00 €. Assim, a dotação inscrita para apoiar os agentes culturais de Coimbra em 2020, recorde que é de 1.129.722,00 €, é superior a todos os valores que lhes foram atribuídos nos últimos três anos e muito, mas muito superior, ao apoio atribuído em 2013: 553.050,00 € - último ano de governação do PSD na CMC - metade do que é hoje o investimento da Câmara Municipal no apoio aos agentes culturais. Assim, as afirmações da CDU relativamente a esta matéria não correspondem à verdade. Mas porque uma política municipal de cultura não se cinge à distribuição de apoios financeiros, mantém-se o investimento necessário nos espaços culturais municipais – em que o Convento São Francisco tem preponderância natural: é o maior e melhor equipamento cultural da Região Centro, que tem sido palco de tantas e tantas criações artísticas feitas a partir de Coimbra, por agentes culturais de Coimbra, para o País inteiro. Apenas dois exemplos, por serem os mais recentes: o Festival Correntes de Um Só Rio e o espetáculo O Melhor dos Musicais, que ocorreu no passado domingo. Como dizia antes, o investimento na cultural também está na valorização do património histórico e cultural, na promoção dos produtos culturais de Coimbra, na difusão do livro e da leitura e na animação, esta última em estreita ligação com as rubricas destinadas à “Dinamização e Promoção do Turismo”. Em 2013, comprometemo-nos com a valorização da memória das tradições e, simultaneamente, com o incentivo a novas aventuras criativas, captando, para Coimbra, eventos âncora nas diversas áreas artísticas. Em 2017 renovámos esse compromisso. E foi o que fizemos, mantendo todas as iniciativas com tradição na cidade, dando-lhes maior visibilidade, como é o caso dos Encontros Internacionais de Jazz e dos Encontros Mágicos. Ao mesmo tempo, criámos novos eventos de dimensão nacional e internacional: o Anozero: Bienal de Arte Contemporânea de Coimbra (cuja terceira edição está prestes a começar), o Abril Dança em Coimbra, a Coimbra BD – Mostra Nacional de Banda Desenhada, a Feira*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*Cultural de Coimbra, o Prémio Estação Imagem Coimbra, a Mostra de Estátuas Vivas, o Festival Correntes de Um Só Rio. Acrescente-se, ainda, a programação de Natal e Fim de Ano. Na verdade, só quando o Executivo do Partido Socialista entrou em funções, em 2013, é que Coimbra passou a ter uma grande festa de Fim de Ano, de acesso gratuito, trazendo todos os anos à Baixa milhares de pessoas. Essas apostas mantêm-se e são visíveis no documento que hoje analisamos. Gostaria de saber se é contra esta festa que o Somos Coimbra se afirma, já que diz que há festas a mais em Coimbra. Pelas razões óbvias, também a dotação da candidatura de Coimbra a Capital Europeia da Cultura é reforçada, passando para o dobro do valor inscrito em 2019. Recorde-se que foi o Executivo do Partido Socialista que deu o primeiro impulso para esta candidatura, que convidou um Grupo de Trabalho, que fez a ligação com os outros Municípios da Região de Coimbra, do mesmo modo que é esse Executivo Socialista que está a criar e a garantir as condições necessárias à preparação da candidatura. Repito o que ontem foi dito pelo coordenador do Grupo de Trabalho: “tudo o que até agora foi proposto pelo GT à Câmara Municipal foi entendido com relevante e foi feito de imediato”. Assim, sugiro que o Sr. Vereador José Manuel Silva se deixe da sua postura habitual de ouvir aqui e dizer acolá. Aquilo a que se referiu hoje sobre a candidatura de Coimbra a Capital Europeia da Cultura mais não é do que uma deturpação maliciosa e oportunista do que ouviu ontem da parte do Grupo de Trabalho. E porque esta candidatura terá de ter na juventude uma das duas forças, gostaria de referir o aumento da dotação para Apoio ao Associativismo Juvenil. A este respeito, importa dizer, Sr. Presidente, que, reunido a 25 de outubro, o Conselho Municipal da Juventude de Coimbra deu parecer favorável às Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal para 2020. Assim, e terminando como comecei, trata-se de um orçamento legítimo, já que será executado por quem foi democraticamente eleito para essa missão.*

O Senhor **Vereador Carlos Cidade** começou por saudar o novo Diretor Financeiro da Câmara Municipal, já que este orçamento é a sua primeira prova de fogo nestas funções. Saudou também os serviços envolvidos na elaboração das GOP 2020, bem como os responsáveis políticos, nas pessoas do Senhor Presidente e da Senhora Vereadora Regina Bento. Quis ainda saudar, porque em Democracia todos contam quando contribuem para valorizar Coimbra, o PSD e o Movimento Cidadãos por Coimbra, pelo contributo que deram para este orçamento. Considera que é um salto qualitativo o próprio documento resumo que sintetiza as propostas do PSD e do Movimento Cidadãos por Coimbra e que tem correspondência relativamente à avaliação e à concretização desses projetos. Do ponto de vista do Partido Socialista, o objetivo é não defraudar os eleitores e, nesse sentido, melhor seria que a proposta que se apresentasse não correspondesse àquilo que foi o programa eleitoral em que os conimbricenses depositaram confiança. Disse que não iria dar resposta a quem não merece resposta, por ter sempre o mesmo discurso negativo, e também não se iria debruçar hoje sobre questões administrativas. O que hoje aqui importa é a questão política. E deu o exemplo do plano arbóreo apresentado pelo Senhor Presidente na última Assembleia Municipal (AM), que corresponde a um sentimento da própria Assembleia Municipal, e que consiste em dar continuidade ao tratamento arbóreo na cidade de Coimbra. E, nesse sentido, tem muito orgulho em que a AM tenha assumido aquilo que a Câmara já estava a idealizar. Disse que alguns vereadores falam sem conhecimento de causa, e que isso já vem sendo habitual, dando como exemplo o caso referido de São João do Campo. Quanto ao facto da reunião ser à porta fechada, ainda bem que assim é, porque está em análise e discussão um documento importantíssimo, e lembrou que a porta está fechada porque a Câmara assim o decidiu democraticamente. Dirigindo-se ao Senhor Vereador Francisco Queirós, disse que o que este acabou de fazer hoje é recuar vários passos atrás, porque está perante umas GOP e Orçamento em que, curiosamente, não invoca uma única questão sobre as áreas específicas em que tem competências delegadas e subdelegadas e responsabilidades executivas. Visto que anunciou que votará contra, esperava que, relativamente às áreas que



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

superintende, invocasse o que está mal, para poder ter essa posição. Trata-se de um órgão executivo, no qual o Senhor Vereador Francisco Queirós tem responsabilidades, frisou, acrescentando que o Senhor Vereador tem de executar o orçamento, de acordo com a aprovação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal. A argumentação aduzida já é conhecida, prende-se com os 10% de orçamento pretendidos para as juntas de freguesia durante o mandato. Mas se ainda estão a meio do mandato, se ainda na semana passada comemoraram dois anos da tomada de posse, não percebe por que razão vai o Senhor Vereador Francisco Queirós votar contra. Acresce que a apresentação dos relatórios foi concretizada: já foram apresentados os relativos ao primeiro e segundo trimestre do ano e o relatório do terceiro trimestre está ainda perfeitamente dentro do prazo. Quanto à questão da inversão do modelo das refeições escolares, o Senhor Vereador Jorge Alves já respondeu. Relativamente à externalização dos serviços, e uma vez mais, a proposta refere “até ao final do mandato” e estão a meio do mandato. Não obstante, disse que no último concurso, que era muito necessário para admitir pessoal nos serviços de limpeza, foram admitidos 10 funcionários e passado um mês só restavam três. E este é um problema que não é específico da Câmara Municipal de Coimbra, é um problema do país relativamente a certas profissões. O Senhor Vereador Francisco Queirós refere ainda, como razão do voto contra, o não desenvolvimento de um plano de mobilidade sustentável que incluísse respostas adequadas às especificidades dos municípios com mobilidade reduzida. Na opinião do Senhor Vereador Carlos Cidade, este tem de sair mais do gabinete e andar na rua. Neste momento, estão 22 ações de segurança rodoviária e pedonal em curso pelos serviços municipais. Basta dar uma volta pela cidade para verificar as obras que estão a ser realizadas, de que são exemplo as passadeiras, os acessos para deficientes, a semaforização, etc. E voltando às juntas de freguesia, disse que, com todo o respeito, há que desmistificar de uma vez por todas esta questão. Para as obras de 2019 as juntas de freguesia deviam ter entregue até 15 de julho de 2018 a proposta de obras a concretizar em 2019. As Freguesias de Almalaguês e São João do Campo apresentaram essas propostas em junho de 2019, a de Brasfemes em fevereiro de 2019, as de Cernache, Assafarge e Antanol e São Martinho de Árvore e Lamarosa em maio de 2019, Santo António dos Olivais, Taveiro, Ameal e Arzila, Ceira, Eiras e São Paulo de Frades, União das Freguesias de Coimbra e Torres do Mondego em julho de 2019, Antuzede e Vil de Matos e Souselas e Botão em outubro de 2019. Esta é a média, explicou, acrescentando que se verificou que a maioria das freguesias entregou as propostas em vésperas das férias dos serviços, sendo que a aprovação na Câmara Municipal foi imediatamente a seguir à entrega, sem esperar pelas mais retardatárias, que só entregaram após as férias. E convém não esquecer que depois há que fazer os respetivos projetos das obras apresentadas. Por tudo isto, pediu seriedade política e intelectual a todos os vereadores, porque é fácil levantar questões politicamente inflamáveis, mas esta é a realidade.

O Senhor **Vereador Francisco Queirós** respondeu que não fez qualquer reparo, por exemplo, à Cultura em termos das GOP 2020. Como também não se referiu à não apresentação de relatórios trimestrais, porque eles foram apresentados. O que fez, no documento que leu, foi uma referência ao calendário de recuperação de inaceitáveis desvios da execução das obras. Portanto, apenas quis deixar claro que o conteúdo do texto que leu, e ao qual os Senhores Vereadores ainda não tiveram acesso, não é o que foi espelhado na intervenção anterior.

A Senhora **Vereadora Regina Bento** disse que iria responder a questões pontuais que foram colocadas, não sem antes demonstrar a sua surpresa com a intervenção do Senhor Vereador Francisco Queirós, face às incongruências que contém. Disse que a CDU não apresentou qualquer proposta concreta nas reuniões, ao abrigo do direito do Estatuto da Oposição. Se assim fosse, naturalmente que essas propostas teriam sido analisadas, como o foram as das duas forças políticas que as apresentaram.

Em resposta à Senhora Vereadora Paula Pêgo, disse que a rubrica do Centro de Saúde da Fernão de Magalhães é 060012020/357, e está na página 288 do documento das GOP. Está apenas aberta porque o processo ainda não foi operacionalizado. Disse à Senhora Vereadora Madalena Abreu que o Centro Escolar de Cernache está previsto na rubrica 050032020/374 e tem dotação para o projeto e para a aquisição de



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

terrenos para o próximo ano. Relativamente às obras nas escolas, lembrou que este Executivo passou este ano de 2019 a discutir a descentralização e a aceitação ou não da descentralização de competências, de modo que considera um pouco caricato que agora se queira, de repente, fazer grandes obras em escolas que ainda nem sequer foram transferidas para a alçada do Município. Não obstante, o que está previsto em termos de descentralização no domínio das competências da Educação é, segundo o artigo 32.º, n.º 3, do Decreto-lei n.º 21/2019, “a realização de intervenções de conservação, manutenção e pequena reparação em estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário”. Portanto, isto é o que está previsto no orçamento municipal. Os edifícios e equipamentos escolares que necessitem de investimentos de construção de novas infraestruturas, bem como grandes obras de requalificação e de modernização têm que ser objeto de financiamento específico por parte do Governo, conforme estabelece o artigo 50.º. A Secundária José Falcão já está identificada nos mapas da DGAL como uma das escolas que necessitam dessas grandes obras de requalificação.

A Senhora **Vereadora Paula Pêgo** pediu novamente a palavra, e proferiu a seguinte intervenção, abaixo transcrita:

*“Sem prejuízo de considerar que as GOP e Orçamento para 2020 são um exercício de continuidade das opções políticas efetuadas, não incorporando novas políticas, nomeadamente no que concerne à irradiação das pessoas em situação de sem abrigo; à implementação de um novo modelo de refeições escolares saudáveis e sustentáveis assente nos produtos e na confeção de proximidade, por forma a obter ganhos em saúde e reduzir a pegada ecológica; no combate às alterações climáticas, com a criação de incentivos para a não emissão de CO2, por forma a promover a adoção de comportamentos mais amigos do ambiente; Considero que é fundamental começar a exercer em 2020 as competências já descentralizadas de administração central no Município de Coimbra, por forma a concretizar mais um passo no aprofundamento do poder local, aproximando as pessoas dos decisores políticos, bem como positivo o reforço das funções sociais, nomeadamente ao nível do transporte público; Nestes termos, e com os fundamentos supra aduzidos, o meu sentido de voto é a abstenção”.*

O Senhor **Presidente**, antes de colocar o processo à votação, alínea por alínea, explicou que havia uma retificação a fazer ao mapa de pessoal, visto que foi detetada uma gralha num número, e fez distribuir pelos Senhores Vereadores a página correspondente, que deverá substituir a página 10 do referido mapa.

### a) **Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020**

Em conformidade com o Despacho n.º 107/PR/19, de 6 de setembro de 2019, do Senhor Presidente e com as posteriores propostas dos serviços municipais e dos Senhores Vereadores, foram instruídos os documentos previsionais para 2020 – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020 da Câmara Municipal de Coimbra.

Assim, e com base na informação n.º 47943/2019, de 24/10/2019, da Divisão de Planeamento e Controlo e parecer nela exarado pelo Diretor do Departamento Financeiro em 24/10/2019, o Executivo deliberou:

*Deliberação n.º 1357/2019 (29/10/2019):*

- **Aprovar as “Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020” em conformidade com a alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º - Competências materiais, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterada pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto** - que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico, no âmbito das competências materiais da Câmara Municipal - **em conformidade com as disposições constantes do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro** - diploma que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e respetivas alterações introduzidas pela Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro, Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 814-A/2002, de 5 de Abril - **no total de 150.803.156 € na Receita e na Despesa, dos quais 117.899.340 € (78%) respeitam a Receitas Correntes e 32.903.816 € (22%) a Receitas de Capital e, quanto às Despesas, 90.000.552 € (60%) a Despesas Correntes e 60.802.604 € (40%) a Despesas de Capital, totalizando o PPI 46.496.349 €, as AMR 55.400.387 € e as GOP 101.896.736 €. Deliberou, ainda, enviar à Assembleia Municipal para análise e votação, no uso da competência prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, 12 de setembro.**

O referido documento, dada a sua extensão, fica apenso à presente ata fazendo parte integrante da mesma.

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores Carlos Cidade, Regina Bento, Jorge Alves e Carina Gomes. Votaram contra os Senhores Vereadores Madalena Abreu, Ana Paula Quelhas, José Silva, Ana Bastos e Francisco Queirós. Absteve-se a Senhora Vereadora Paula Pêgo. O Senhor Presidente fez uso do voto de qualidade.

Os Senhores Vereadores Madalena Abreu, Paula Pêgo, Ana Paula Quelhas, José Silva, Ana Bastos e Francisco Queirós apresentaram justificações de voto as quais, dada a sua extensão, ficam apensas à presente ata fazendo parte integrante da mesma.

### **b) Autorização para celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências e Acordos de Execução entre a Câmara Municipal de Coimbra e as Uniões e Juntas de Freguesia**

*Deliberação n.º 1358/2019 (29/10/2019):*

- **Aprovar a autorização para celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências e Acordos de Execução entre a Câmara Municipal de Coimbra e as Uniões e Juntas de Freguesia, em conformidade com a alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com envio à Assembleia Municipal.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores Carlos Cidade, Regina Bento, Jorge Alves, Carina Gomes, Madalena Abreu, Paula Pêgo e Ana Paula Quelhas. Abstiveram-se os Senhores Vereadores José Silva, Ana Bastos e Francisco Queirós.

### **c) Norma de Controlo Interno**

*Deliberação n.º 1359/2019 (29/10/2019):*

- **Aprovar a Norma de Controlo Interno, em conformidade com a alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores Carlos Cidade, Regina Bento, Jorge Alves, Carina Gomes, Madalena Abreu, Paula Pêgo e Ana Paula Quelhas. Abstiveram-se os Senhores Vereadores José Silva, Ana Bastos e Francisco Queirós.



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

### d) Regulamento Interno de Fundos de Maneio

*Deliberação n.º 1360/2019 (29/10/2019):*

- **Aprovar o Regulamento Interno de Fundos de Maneio, em conformidade com o ponto 2.9.10.1.11 do POCAL.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores Carlos Cidade, Regina Bento, Jorge Alves, Carina Gomes, Madalena Abreu, Paula Pêgo e Ana Paula Quelhas. Abstiveram-se os Senhores Vereadores José Silva, Ana Bastos e Francisco Queirós.

### e) Mapa de Pessoal para 2020

*Deliberação n.º 1361/2019 (29/10/2019):*

- **Aprovar o Mapa de Pessoal para 2020 da Câmara Municipal de Coimbra, com a substituição da página 10 do documento, nos termos dos artigos 28.º e 29.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e enviar à Assembleia Municipal para análise e votação, no uso da competência prevista na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores Carlos Cidade, Regina Bento, Jorge Alves e Carina Gomes. Votaram contra os Senhores Vereadores Madalena Abreu, Ana Paula Quelhas, José Silva e Ana Bastos. Abstiveram-se a Senhora Vereadora Paula Pêgo e o Senhor Vereador Francisco Queirós.

### f) Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA)

*Deliberação n.º 1362/2019 (29/10/2019):*

- **Aprovar a Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com respeito pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e enviar à Assembleia Municipal para análise e votação, no uso da competência prevista na alínea c) do artigo 6.º da referida Lei n.º 8/2012.**

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores Carlos Cidade, Regina Bento, Jorge Alves, Carina Gomes, Madalena Abreu, Paula Pêgo e Ana Paula Quelhas. Abstiveram-se os Senhores Vereadores José Silva, Ana Bastos e Francisco Queirós.

### g) Relatório Síntese do Exercício do Direito de Oposição ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição relativamente à Proposta de Orçamento e GOPS para 2020 – Conhecimento

Relativamente a este assunto foi apresentado o documento registado com o n.º 47933, de 24/10/2019, da Senhora Vereadora Regina Bento, com base no qual o Executivo deliberou:

*Deliberação n.º 1363/2019 (29/10/2019):*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

- **Tomado conhecimento do Relatório Síntese do Exercício do Direito de Oposição ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição relativamente à Proposta de Orçamento e GOPS para 2020.**

### **2. SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TRANSPORTES URBANOS DE COIMBRA**

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor **Vereador Jorge Alves**, Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, que fez um breve enquadramento do documento em análise. Disse que o serviço público municipal de transportes tem vindo a trilhar os caminhos da renovação com uma forte aposta e investimento claro por parte da Câmara Municipal de Coimbra. Perspetiva-se que em 2020 venha a transportar mais de 13 milhões de passageiros, com um orçamento de investimento que ronda os 13 milhões de euros e onde se destaca a melhoria das instalações oficinais e a aquisição de 14 novas viaturas elétricas: 9 miniautocarros e 5 autocarros. Em 2020 manter-se-á em vigor o tarifário do ano anterior, assumindo assim a forte componente social do transporte público municipal. O próximo ano terá novos desafios que passam pelo lançamento das novas carreiras municipais, que irão servir áreas onde antes operavam empresas privadas. Nesta matéria, o Município aproveitou a oportunidade para estender o serviço público dos SMTUC. Os SMTUC são os herdeiros de 111 anos de mobilidade elétrica, que começou com os elétricos em 1911 e que chegou a 2019 com a entrada em funcionamento de 10 novos autocarros elétricos de última geração. Fruto do investimento realizado, perspetiva-se que a idade média da frota passe de 16,01 anos para 13,5 anos. A subida do número de utilizadores dos SMTUC, bem como o aumento da procura dos diversos passes sociais, são uma realidade que a todos anima neste projeto de serviço público municipal que tem vindo a conseguir um aumento das receitas próprias sem aumentar preços, fruto de uma gestão equilibrada e com objetivos bem definidos, afirmou. A proximidade aos utentes traduz-se no crescimento dos agentes autorizados e nas lojas dos SMTUC. Em 2020 conta ter um novo espaço no Polo I da Universidade. A interligação com a CIM-RC e com o Sistema de Mobilidade do Mondego são uma constante, dado que esta ligação é fundamental para a prestação, no futuro, de um serviço integrado, com uma bilhética e tarifário comum e articulado. A admissão de pessoal em 2020 passa pelo reforço da área dos assistentes operacionais, dos agentes únicos/motoristas e do pessoal oficial, correspondendo a 63,82% das admissões previstas. O contributo que os SMTUC dão diariamente para a redução da emissão de gases com efeito de estufa e para a mobilidade sustentável é claro, traduzido nas 36 viaturas elétricas que se espera que estejam em circulação nas ruas da cidade e do concelho em 2020. É este o caminho que os SMTUC vão continuar a trilhar em 2020, concluiu.

O Senhor **Vereador Francisco Queirós** disse que o que tem vindo a acontecer, nos últimos anos, nos SMTUC, é a prova de que é possível apostar num serviço público de qualidade e que é possível inverter com passos seguros aquilo que apelidou de “caminho da desgraça” e para onde este serviço estava claramente a ser conduzido. Hoje todos os resultados falam por si: os SMTUC são um serviço em modernização e com utilizadores/utentes.

A Senhora **Vereadora Ana Bastos** proferiu a seguinte intervenção: *“Primeiramente é de realçar o esforço desenvolvido pelos serviços técnicos dos SMTUC na preparação deste documento, pelo que o SC deixa aqui uma mensagem de louvor e apreço. Também não podemos deixar de reconhecer a modernização da frota de autocarros, embora ainda de forma muito limitada, aumentando a representatividade da mobilidade elétrica a qual, apesar das incógnitas no que concerne à sua verdadeira eficiência ambiental, não deixa de ser uma clara mais valia para a melhoria da qualidade do ar em zona urbana. Regozijamo-nos ainda com a manutenção do tarifário como componente social do transporte, o qual não sofre alterações desde 2012. Estas duas ações aliadas ao alargamento do passe escolar a todos os estudantes até ao 12º ano de escolaridade, justificou a tão desejada, embora ainda insuficiente, inversão de perda sistemática de passageiros, a partir de 2018. Sublinha-se ainda o aumento previsível dos passes sociais, o que significa*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

*fidelição a este meio de transporte. “O caminho faz-se caminhando”, mas se Coimbra não apressar o passo, nunca mais sairá do fim de linha! A aquisição, em 2019, de 10 novos autocarros elétricos (8 autocarros + 2 mini-autocarros), não foi o suficiente para reduzir a idade média da frota e, por inerência, a da taxa do imobilizado. Os novos 14 autocarros objeto da candidatura ao POSEUR (5 autocarros + 9 mini-autocarros), serão seguramente uma “lufada de ar fresco”, mas ainda assim muito insuficientes para responderem ao previsível alargamento da rede dos SMTUC, ao reforço da Linha do Botânico, à tão anunciada reativação do sistema da ECOVIA e a outros autocarros em fim de vida que tenham de ser levados para abate (em 2020 estão previstos 12). Consequentemente e comparativamente a 2019 regista-se o aumento da frota em apenas 4 veículos (passa de 153 para 157) número manifestamente insuficiente para responder às novas necessidades. Os números previsionais para 2020, apontam, como seria expectável, para a sua melhoria generalizada, mas não passam de previsões e, portanto, são falíveis. Porém, nenhum serviço funciona bem sem motivar os seus trabalhadores. Tristemente, não se vê plasmado neste documento qualquer perspetiva de resolução da flagrante injustiça que se mantém, por força do disposto na Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, e que obrigou os motoristas dos SMTUC a transitarem para a carreira geral de assistente operacional. Bem pelo contrário, perspetiva-se a entrada de novos assistentes operacionais com funções de agente único, perpetuando e agravando no tempo a injustiça económica e social desta legislação. Iguamente grave, a CMC apressou-se a apresentar o alargamento da rede dos SMTUC, mesmo sem que a mesma tenha sido objeto de prévia discussão e aprovação por parte do executivo camarário e análise de meios. Perspetiva-se e bem, melhorar a cobertura da zona sul da cidade, tal como insistentemente reivindicado pelo SC em manifestações de apoio às populações locais. Todavia, incompreensivelmente, ignora-se, com um ensurdecedor silêncio, a zona norte e noroeste da cidade, quando esta tem sido igualmente penalizada ao longo de décadas, pela falta de transportes de qualidade, relegando-a à marginalização urbana extrema. Nesta zona há jovens compelido(a)s a esperar três horas para entrar na sala de aulas, depois de serem obrigado(a)s a levantar de madrugada para apanhar o único autocarro lotado, outros que andam quase 2 Km a pé, ao frio e à chuva, para poder apanhar o único autocarro das 7h55; o mesmo problema coloca-se para o(a)s doentes que vão ao médico! Essa assimetria agudiza-se face à discriminação tarifária, estando estes municípios obrigados a pagar mais por um pior serviço, o que é intolerável, seja porque apenas são servidos por operadores privados, seja por terem necessariamente de fazer transbordo e a pagar dois títulos. Esta marginalização justifica, por si só, o nosso voto contra as GOPS dos SMTUC. Ainda assim, o Movimento ‘Somos Coimbra’ faz questão de apresentar formalmente 10 propostas que, entre muitas outras que poderia elencar, permitirão fazer a diferença e contribuir positivamente para a melhoria da qualidade de vida, para a abolição das assimetrias territoriais, para a diferenciação do sistema de transporte público, fomentando o seu uso em detrimento do transporte individual:*

- 1. Ao abrigo do RJSPTP (Lei n.º 52/2015, de 9 de Junho), impõe-se a revisão urgente da rede municipal operada pelos SMTUC, em estreita negociação com a CIM, para articulação da rede municipal com as linhas inter-municipais e inter-regionais, de forma a eliminar assimetrias e discriminação territorial dentro do concelho;*
- 2. Criação do conceito Maas “Mobility-as-a-service”, enquanto nova realidade ao dispor dos cidadãos, através de smartphone, app e conectividade via wi-fi que permita aos utilizadores tomar as decisões de mobilidade que melhor lhes convier;*
- 3. Introdução de bilhética integrada e multimodal. Promoção de pacotes de mobilidade que envolvam diferentes modos, serviços e comércio, de forma a fomentar a intermodalidade e o uso do TP em viagens não pendulares e que permitam a utilização de um único suporte e de uma única tarifa para acesso a diferentes modos de transportes e serviços ligados à mobilidade;*
- 4. Oferta de um verdadeiro sistema de informação em tempo real, seja à distância, seja nas paragens, seja on-board. Nas zonas periféricas assegurar, pelo menos a informação relativa a horários e trajetos, atualizada, enquanto serviços mínimos impostos pelo RJSPTP;*
- 5. Melhoria urgente da plataforma Move-me para smartphones, tornando-a eficaz e amiga do utilizador.*



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Em alternativa, devem os SMTUC avaliar a hipótese de recomendar o uso da plataforma não oficial MOOVIT, de uso gratuito, disponibilizada, um pouco por todo o mundo;*
6. *Melhoria do acesso à compra de bilhetes, assente quer na necessidade crescente de aquisição de postos automáticos a localizar em pontos estratégicos da cidade, quer e sobretudo na possibilidade de aquisição de bilhetes ou de passes (compra ou revalidação), via on-line;*
  7. *Melhoria e alargamento do transporte flexível (a pedido) à população idosa e às zonas de habitação dispersa, não servidas por carreiras regulares;*
  8. *Criação de um sistema de transporte escolar eficaz e seguro, particularmente incidente nas zonas periféricas, onde as crianças têm de andar kms a pé para acederem ao TP regular;*
  9. *Exigir a comparticipação do Governo Central nos SMTUC, de forma a ser criado um passe único para Coimbra e concelhos limítrofes, à semelhança do que o programa PART veio proporcionar aos municípios de Lisboa e Porto e respetivas áreas metropolitanas;*
  10. *Motivação dos motoristas dos SMTUC através de uma remuneração justa, sem prejuízo da redefinição legal da respetiva carreira profissional de agente único.*

*O SC lamenta que, ao invés de ser um documento inovador e ambicioso que represente uma clara alteração da estratégia e de promoção dos transportes públicos em Coimbra, nos seja apresentado um documento que reflète a mera continuidade da política de gestão e manutenção adotada nos últimos anos. Lamentamos ainda mais que, apesar das inúmeras insistências e advertências do SC, se tenha desperdiçado a oportunidade aberta pelo RJSPTP para reformular a rede e ajustar os serviços de transporte público às reais necessidades da população, tirando partido da possível interligação com as linhas intermunicipais e inter-regionais que operam no concelho, tendo-se por facilitismo e inoperância, optado por manter as deficiências do passado. Por tudo isto, o SC vê-se obrigado a votar contra as GOPs dos SMTUC. Não seria difícil fazer mais e melhor.”*

A Senhora **Vereadora Carina Gomes** perguntou à Senhora Vereadora Ana Bastos se entregou essas propostas ao Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, atempadamente, por escrito, por forma a serem analisadas e aproveitadas para o documento apresentado. Perguntou ainda qual o enquadramento legal em que a Senhora Vereadora se baseou para aumentar o vencimento dos motoristas.

A Senhora **Vereadora Ana Bastos** respondeu que, havendo vontade, tudo se faz. Há uma injustiça social que é assumida e aceite por todos e, portanto, tem de haver uma solução. Já tomaram posse neste Executivo há dois anos e este assunto sempre foi motivo de discussão. Há que usar os meios, há que reivindicar junto à Assembleia da República. Disse que não se podem resignar perante uma situação que é uma pura injustiça. Relativamente à primeira questão apresentada pela Senhora Vereadora Carina Gomes, acrescentou que não apresentou nada de novo, pois se forem rever todos os documentos que tem apresentado neste executivo, há mais de dois anos, têm abordado este assunto sistematicamente. É perfeitamente contra o aumento da tarifa. Não há política pior para abandonar o transporte coletivo, se não, a de aumentar a respetiva tarifa.

O Senhor **Presidente** referiu que o que foi dito pela Senhora Vereadora foi um significativo conjunto de incongruências. Perguntou com que legitimidade, coerência e honestidade intelectual é que a Senhora Vereadora fez essa peroração tão devota depois de ter votado contra o orçamento da Câmara Municipal que financia o custo social dos transportes.

A Senhora **Vereadora Ana Bastos** respondeu que votou contra porque não concorda com a totalidade do documento, não quer dizer que não haja ações que aprobe.

O Senhor **Vereador Jorge Alves** disse que há determinadas questões que são resolvidas na Câmara Municipal e outras na Assembleia da República. É fácil fazer demagogia. Marginalização da zona norte do



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Concelho? Leia-se o regulamento dos transportes, o regime jurídico, perceba-se o que esta em causa. Nesta fase só era possível assumir as carreiras municipais, o resto é falácia. A zona norte do Concelho tem uma carreira municipal dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra e várias carreiras intermunicipais que são operadas, neste momento, pela Transdev. Há comparações com situações que não são comparáveis, é um argumento político demagogo. Desde 2009 que há questões que têm de ser resolvidas em relação aos trabalhadores.

Assim e com base na informação n.º 47943/2019, de 24/10/2019, da Divisão de Planeamento e Controlo, parecer nela exarado pelo Diretor do Departamento Financeiro em 24/10/2019 e deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Transportes e Urbanos de Coimbra, de 11 e 14 de outubro de 2019, o Executivo deliberou:

### **a) Grandes Opções do Plano e Orçamento dos SMTUC para 2020**

*Deliberação n.º 1364/2019 (29/10/2019):*

- **Aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para 2020, em conformidade com a alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que totalizam 27.412.296,00€, dos quais 20.342.430,00€ (74,2%) respeitam a Receitas Correntes e 7.069.866,00€ (25,8%) a Receitas de Capital e, quanto à despesa, 17.654.958,00€ (64,4%) respeitam a Despesas Correntes e 9.757.338,00€ (35,6%) a Despesas de Capital, sendo que o Plano Plurianual de Investimentos para 2020 totaliza o valor de 13.179.344,00€, dos quais 9.687.390,00€ têm financiamento definido. Deliberou, ainda, enviar à Assembleia Municipal para análise e votação, no uso da competência prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, 12 de setembro.**

O referido documento, dada a sua extensão, fica apenso à presente ata fazendo parte integrante da mesma.

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores Carlos Cidade, Regina Bento, Jorge Alves, Carina Gomes e Francisco Queirós. Votaram contra os Senhores Vereadores José Silva e Ana Bastos. Abstiveram-se os Senhores Vereadores Madalena Abreu, Paula Pêgo e Ana Paula Quelhas.

Os Senhores Vereadores José Silva e Ana Bastos apresentaram justificação de voto, a qual, dada a sua extensão, fica apensa à presente ata fazendo parte integrante da mesma.

### **b) Mapa de Pessoal para 2020**

*Deliberação n.º 1365/2019 (29/10/2019):*

- **Aprovar o Mapa de Pessoal para 2020 dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra e enviar à Assembleia Municipal para análise e votação em conformidade com a alínea o) do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

O referido documento, dada a sua extensão, fica apenso à presente ata fazendo parte integrante da mesma.

Deliberação tomada por maioria e em minuta. Votaram a favor o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores Carlos Cidade, Regina Bento, Jorge Alves, Carina Gomes e Francisco Queirós. Votaram contra



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

os Senhores Vereadores José Silva e Ana Bastos. Abstiveram-se os Senhores Vereadores Madalena Abreu, Paula Pêgo e Ana Paula Quelhas.

### PONTO II. OUTROS

#### II.1. Situação Financeira do iParque – Análise da Convocatória da Assembleia Geral da Sociedade

O Senhor **Presidente** informou que vai reunir a assembleia geral do iParque, assembleia ordinária muito especial, conforme se verifica pela temática desenvolvida na convocatória. Para se perceberem, no âmbito das GOP, os riscos que se correram, o Senhor Presidente deu conhecimento dos seguintes resultados da empresa: **2008**: 217 mil euros de prejuízo; **2009**: 368 mil euros de prejuízo; **2010**: 359 mil euros positivos; **2011**: 469 mil euros de prejuízo; **2012**: 344 mil de prejuízo; **2013**: 359 mil euros de prejuízo; **2014**: 447 mil euros de prejuízo; **2015**: 520 mil euros de prejuízo; **2016**: 349 mil euros de prejuízo; **2017**: 451 mil euros de prejuízo; **2018**: 735 mil euros de prejuízo. Esta é uma das tabelas que é preocupante. Podem-se encontrar sempre situações para o prejuízo, mas há uma parte que é necessário ter presente, é que nos termos da Lei n.º 50/2012, os acionistas têm de reintegrar os prejuízos transitados, depois de apuradas as contas. Observa-se que de 2008 a 2012 nunca nenhum dos acionistas, incluindo o Município de Coimbra, reintegrou os prejuízos transitados. Nos anos de 2013 e seguintes, estão anualmente feitas as reintegrações dos prejuízos apurados e transitados pela Câmara Municipal. Isto cria uma situação de desequilíbrio da estrutura societária da empresa Coimbra iParque. No total, a Câmara Municipal já reintegrou prejuízos, de 2013 a 2018, no valor de 2 milhões 585 mil euros. Os demais acionistas têm-se esquecido dessa componente. Os prejuízos transitados resultam significativamente de empréstimos contraídos e não pagos ou juros não pagos. O que é preocupante é que a empresa não pode manter-se deste modo, sempre em situação de praticamente insolvência, o que é prejudicial para o foco que está no pacto social da sociedade. O conselho de administração tem reunido para ultrapassar este ponto. Para a assembleia geral a realizar amanhã apresenta-se o seguinte: que o conselho de administração seja autorizado pela assembleia geral a contrair um empréstimo, solvendo estes débitos que vão acumulando juros, mediante uma operação de compra dos créditos adquiridos a um fundo imobiliário, a quem a empresa desde o início da sua atividade vem recorrendo para se garantir. O órgão competente para tomar esta decisão é a Assembleia Geral da Sociedade. A Câmara Municipal tem lá um mandatário, um representante e, face ao impacto que isto tem, é necessário que este representante tenha um mandato bastante por parte da Câmara Municipal. A negociação foi desencadeada e foi acompanhada pelo conselho de administração da empresa. Tudo indica que há um acordo que está apenas à espera do final desta reunião da Câmara Municipal para se firmar, com documentação escrita. Ainda ficará uma parte sobejante de dívida porque é da ordem dos 300 mil euros. Os períodos transitados na proporção de vida que está estabelecida na estrutura societária, a Câmara Municipal não pode cobrir, porque seria considerado um subsídio à empresa e isso é interdito por lei. Existe uma possibilidade virtuosa que é, dos demais consórcios, os demais acionistas pagarem os prejuízos transitados e que desde início nunca reintegraram. É indispensável que o capital da sociedade Coimbra iParque seja registado, seja realizado e que os estatutos e a lei sejam cumpridos. A reintegração dos prejuízos transitados é obrigação dos acionistas na proporção da sua parte de participação de capital na sociedade.

O Senhor **Vereador José Silva**, por não ter tido acesso aos documentos para analisar este assunto antecipadamente, disse que os vereadores do Movimento *Somos Coimbra* têm uma objeção de fundo que é o total desconhecimento dessa matéria e não lhe ter sido prestada qualquer informação.

A Senhora **Vereadora Madalena Abreu** agradeceu a informação fornecida pelo Senhor Presidente e disse que teria todo o gosto e interesse em ser informada previamente e com toda a documentação possível. Mostrou-se disponível para apreciar os documentos e toda a informação à qual durante anos não teve acesso.



## CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

A Senhora **Vereadora Ana Paula Quelhas** perguntou ao Senhor Presidente se sabia qual o montante do empréstimo e quais as condições de amortização. Na sequência da intervenção da Senhora Vereadora Madalena Abreu, pensa que é uma matéria demasiado estranha e delicada, que seria interessante que o Executivo fosse regularmente informado da evolução do processo e quais as implicações financeiras para a Câmara Municipal.

O Senhor **Presidente** disse que a intervenção do Senhor Vereador José Silva ficará registada. A Câmara Municipal é sabedora, pois foi informada pelo seu Presidente. Elucidou o Senhor Vereador afirmando que o órgão que decide sobre esta matéria é a Assembleia Geral da Sociedade. Em resposta à Senhora **Vereadora Ana Paula Quelhas**, o Senhor Presidente disse que a informação é para solver o passivo da empresa, ficando apenas a restar cerca de 300 mil euros, amortizáveis com o processamento para a reintegração dos prejuízos transitados. Informou ainda que as partes estão à espera, depois de terminada esta reunião da Câmara Municipal, de uma mensagem para concluir a proposta formal que amanhã será apresentada na Assembleia Geral. Por fim, o Senhor Presidente desejou boa sorte ao mandatário da Câmara Municipal para proceder em conformidade e transmitiu a mensagem de novo fôlego, com esperança redobrada no futuro da Coimbra iParque.

Face ao exposto, o Executivo deliberou:

*Deliberação n.º 1366/2019 (29/10/2019):*

- **Tomar conhecimento da convocatória dos acionistas da iParque – Parque de Inovação em Ciência, Tecnologia, Saúde E.M., S.A., para reunirem em Assembleia Geral no dia 30 de outubro, pelas 11 horas, no Business Center Leonardo Da Vinci Coimbra iParque, no sentido de analisarem o relatório do Conselho de Administração e o Plano de Atividades e Orçamento para o exercício de 2020 e previsão para anos seguintes, bem como a red denominação do capital social e titularização do capital social.**

E sendo vinte horas o Senhor **Presidente** declarou encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que foi aprovada na reunião do dia 11/11/2019 e assinada pelo Senhor Presidente e pelo Diretor do Departamento de Administração Geral, Manuel Gilberto Mendes Lopes.

O Presidente da Câmara Municipal,

---

(Manuel Augusto Soares Machado)

O Secretário,

---

(Manuel Gilberto Mendes Lopes)